

Fernanda Cristina de Paula

Nepo/Unicamp, Mestre em Geografia,

Grupo de Geografia Humanista Cultural-EAU/UFF

depaula.fernandac@yahoo.com.br

Sobre a dimensão vivida do território: tendências e a contribuição da fenomenologia¹

Resumo

Território é uma das principais noções da disciplina geográfica, tanto como conceito quanto como categoria que orienta a abordagem e a discussão de problemáticas socioespaciais; na maior parte das vezes, associada aos estudos da Geografia Política em relação aos Estados-Nação. No entanto, outra perspectiva de território sempre esteve latente: aquela concernente a pequenos grupos ou ao indivíduo, constituindo territórios em função da dimensão vivida do espaço. No Brasil, nas últimas duas décadas, surgiram tanto trabalhos teóricos mencionando este tipo de fenômeno territorial quanto trabalhos empíricos voltados para seu estudo. Este artigo apresenta um levantamento e uma discussão destas contribuições e suas bases teórico-metodológicas, apontando para a ausência da Fenomenologia em sua discussão e a pertinência de sua inserção para a compreensão da dimensão vivida do território.

Palavras-chave: Territorialidade, Epistemologia, Geografia e Fenomenologia.

Abstract

ABOUT THE LIVED DIMENSION OF TERRITORY: TENDENCIES AND THE CONTRIBUTION OF PHENOMENOLOGY

The territory is one of the most important notions in Geography, as concept and as category which orients the sociospatial researches and problematics; in the most cases, it was associated with studies on the field of the Political Geography, related to the Nation-States. However, another perspective of territory always has been latent: the one about small groups or individuals which constitute territories from the lived space dimension. At Brazil, in the last two decades, theoretical studies mentioned this phenomenon as empirical researches about them arose up. This

paper presents a review and discussion about these contributions and their theoretical and methodological basis and it will point the absence of Phenomenology on this researches and the pertinence insertion of this philosophic ground to clarify the lived dimension of territory.

Key-words: Territoriality, Epistemology, Geography and Phenomenology.

1. Introdução

Território é uma das categorias mais difundidas na geografia contemporânea. Esta nova “onda” cobre as várias orientações teórico-metodológicas e temáticas, indo dos estudos urbanos, passando pelas discussões sobre a globalização e chegando até a virada cultural que se difundiu nos últimos 20 anos.

Esta difusão ocorreu devido à superação da tradicional visão de território limitando-o a sua relação com os estados nacionais. Para além da relação institucional dos territórios, portanto, nas últimas duas décadas, cresceu o número de geógrafos que chamam atenção para a fluidez dos territórios, suas sazonalidades, seus recortes temporários, constituições diversas e a ampliação da noção de poder ligada à sua definição (SACK, 1986; RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 1995; 2009; BONNEMAISON; CAMBRÉZI, 1996; CLAVAL, 1999; HAESBAERT, 2001; ALMEIDA, 2009; SAHR; SAHR, 2009).

Assim, ao invés de falar apenas de territórios constituídos, os geógrafos têm se dedicado a investigar a constituição de territorialidades distintas, como uma forma de adensar a compreensão da dinâmica transescalar e multidimensional do mundo contemporâneo.

Diante destes tantos desenvolvimentos, no entanto, a dimensão vivida do território vem sendo discutida de forma indireta, seja pela abordagem desconstrutivista oriunda dos escritos deleuzianos (HAESBAERT, 2001), seja pela abordagem do cotidiano lefebvriana (SOJA, 1996; HAESBAERT, 2007). No entanto, pela própria tradição ligada a estes estudos e aos geógrafos dedicados a tais discussões, a dimensão propriamente existencial do território e das territorialidades não é o foco das análises.

As últimas duas décadas têm apresentado, no entanto, algumas aberturas de horizonte para uma compreensão mais ampla do território e das territorialidades. Esse movimento teria se dado:

- 1) com Claude Raffestin, que amplia a compreensão das formas de poder e, portanto, das formas de territorialização (SAQUET, 2007);
- 2) com Robert Sack que, ao trazer a consideração de que territorializar é controlar e/ou restringir acessos e ações (em uma sala da casa ou em uma porção da nação), estende a territorialização para diversas escalas (CLAVAL, 1999);
- 3) com o surgimento e difusão do horizonte humanista-cultural em Geografia, que inclui matrizes socioculturais na compreensão de dinâmicas espaciais (CLAVAL, 1999; MACHADO, 1997).

Embora miremos a dimensão vivida do fenômeno territorial, estas pesquisas utilizam adjetivações diferentes para denominá-lo: territórios flexíveis, territórios da subjetividade, microterritórios, territórios invisíveis, nanoterritórios. A ausência de um consenso nas denominações indica a multiplicidade de matrizes teórico-metodológicas, o que dificulta uma visão de conjunto dos limites e potencialidades de uma abordagem propriamente existencial do território.

Partimos de uma avaliação das referências mais citadas e utilizadas como bases teórico-metodológicas destes trabalhos, delineando seus pontos comuns e matrizes epistemológicas. Optamos por analisar trabalhos que apresentassem resultados consolidados de pesquisa, na forma de artigos, livros e capítulos de livros. Os trabalhos foram escolhidos de acordo com a existência de termos que indicassem marco teórico consoante com a discussão sobre a dimensão vivida.

É instigante perceber que a Fenomenologia não é a base de discussão de nenhum destes trabalhos. Embora seja uma das filosofias que têm mais contribuído para uma abordagem geográfica do espaço vivido e da experiência dos sujeitos (BUTTIMER, 1985; PICKLES, 1985; 1988; AMORIM FILHO, 2000; MARANDOLA JR., 2005a; 2005b), ela continua ausente da bibliografia nacional como matriz nesta discussão.

A análise destes trabalhos, portanto, nos permitirá tanto compreender a razão e as consequências desta ausência, quanto avaliar o potencial da

abordagem fenomenológica para uma compreensão da dimensão vivida do território.

2. Território e dimensão vivida: indícios de enunciação

Tem havido recentemente no Brasil um aumento de estudos sobre territórios que surgem e se desenvolvem em função de dinâmicas socio-espaciais que se manifestam na vida cotidiana. Estes estudos abordam, sobretudo, territórios cujos agentes e poderes não são necessariamente institucionalizados, fundados pela interação diária das pessoas e o espaço. Ou seja, são estudos sobre territórios que surgem em função da dimensão vivida do espaço.

Dentre as principais perspectivas sobre território apresentadas por Rogério Haesbaert, aqueles que surgem a partir da dimensão vivida corresponderiam à perspectiva que “[...] prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2001, p.40).

Os trabalhos sobre esse fenômeno territorial recebem destaque, sobretudo por seu contraponto aos estudos mais tradicionais envolvendo essa noção geográfica. Essa tradição corresponde ao predomínio do estudo (e a associação quase direta) de território enquanto Estado-Nação; fato que promoveu a obliteração do significado e do uso da noção de território (SOUZA, 1995; CLAVAL, 1999; HAESBAERT, 2001; SAQUET, 2007).

A verdade é que não há um campo consolidado de estudos do território enquanto fenômeno vivido. Se lugar, paisagem e região possuem uma tradição já consolidada de discussão neste sentido (TUAN, 1980; 1983; HOLZER, 1997; 1998; 1999), o território teve, por um lado, um prenúncio de discussão sobre sua dimensão vivida na forma de territorialidade e, por outro lado, dois momentos mais específicos dessa perspectiva. Primeiro, na década de 1990, textos de cunho teórico que tanto mencionam a existência deste fenômeno territorial quanto atestam sua importância para apreender dinâmicas socioespaciais. E, segundo, na década de 2000, há a

predominância de pesquisas empíricas sobre esses territórios, no entanto, não há citações entre os próprios trabalhos, o que atesta a não confluência de debates.

Na década de 1990, como já colocamos, o estudo do território a partir da dimensão vivida dependeu do reconhecimento de que território não se aplica só ao Estado-Nação. Mas, mesmo com esta associação direta entre território e Estado, a consideração da dimensão vivida já esteve presente nos estudos sobre território na forma da discussão de territorialidades.

Territorialidade, comumente, referencia características e dinâmicas daqueles que vivem no território, como: apropriação, desenvolvimento de identidades, sentimento de pertencimento (BRUNET; FERRAS; THERY, 1993). Assim, territorialidade diz respeito à dimensão vivida na medida em que denota fatores que acontecem nas relações mais diretas entre as pessoas e o espaço. A territorialidade é o qualitativo de qualquer fenômeno territorial, independente da escala dele. A distinção entre territórios oriundos da dimensão vivida e a territorialidade está no papel que a dimensão vivida tem dentro destas noções.

Por exemplo, no caso do território na forma do Estado, a territorialidade denota o que ocorre no território, seus qualitativos, suas dinâmicas internas. No entanto, a origem deste território está no poder institucionalizado dos governos nacionais. Neste caso, a dimensão vivida é uma face através da qual se pode olhar o território.

Por outro lado, a releitura da noção de território da qual tratamos se diferencia por identificar que do próprio devir da dimensão vivida surjam territórios: o poder que delimita e influencia as dinâmicas socioespaciais vem das ações dos indivíduos que vivem a/em uma porção do espaço. Assim, a dimensão vivida não é apenas uma face do fenômeno, ela o funda.

Nos trabalhos de cunho teórico da década de 1990, as discussões sobre território a partir da dimensão vivida e territorialidade se misturam. É sobre esses textos que nos detemos agora.

Penha (2005), em texto escrito em 1995, e Machado (1997), seguindo Roncayolo (1986), afirmam que foi Edward Soja quem primeiro apresentou ou retomou a dimensão vivida do território, no artigo de pesquisa chamado *The political organization of space*. Soja (1971) entende território como um

comportamento individual marcado pela apropriação, pela concentração de atividades e pela defesa de uma determinada porção do território. A partir desta concepção (muito próxima da compreensão etológica de território e dos estudos comportamentais), ele discute como este comportamento orienta a organização sociopolítica do espaço. Embora apontado por Penha (2005) e Machado (1997) como pioneiro na discussão sobre territorialidade, este trabalho de Soja não aparece entre as referências bibliográficas daqueles que pensam território a partir da dimensão vivida.

As noções de territorialidade e território estão mescladas, também, no capítulo de livro de Rosa Moura, Clóvis Ultramari e Nelson Cardoso. Esse capítulo é um dos primeiros trabalhos brasileiros, por nós encontrado, que faz referência a territórios que surgem em função da dimensão vivida. Moura, Ultramari e Cardoso (1994) discutem que tanto as governanças da metrópole quanto as ações de moradores são influenciadas por um *overlay* de territorialidades, as quais, portanto, devem receber atenção para a compreensão do urbano. A sobreposição é de territorialidades formais (dos poderes públicos) e territorialidades subjetivas (de todo tipo de grupo ou organização social que expressa no espaço seus imaginários sociais) (MOURA; ULTRAMARI; CARDOSO, 1994). Esta territorialidade subjetiva é oriunda do modo como os grupos vivenciam e, conseqüentemente, concebem o espaço.

Importante dar atenção ao fato de que, embora não diretamente citado dentro do texto, consta nas referências bibliográficas de Moura, Ultramari e Cardoso, o filósofo Felix Guattari; o qual pode ser sua base teórica na discussão sobre territórios subjetivos. Para a compreensão de dinâmicas que caracterizariam um “período pós-moderno”, Felix Guattari e Gilles Deleuze trabalharam e difundiram a expressão “desterritorialização”. Na compreensão de território desses filósofos pós-estruturalistas estão inclusas tanto as dimensões física e social quanto a mental e psicológica (HAESBAERT, 2001). Esta perspectiva dá abertura à dimensão vivida enquanto fundadora de territórios.

Ainda na década de 1990, Souza (1995) dá atenção à multiescalaridade das relações de poder e, conseqüentemente, atenta para a multiescalaridade de territórios. Como já citado, o autor defende a apreensão de territórios

em diferentes escalas temporais e espaciais; não só os Estados-Nação, mas também grupos sociais, com poder não institucionalizado, fundam territórios. Exemplifica isto discorrendo sobre territórios de prostituição e sobre territórios do crime organizado na favela. No seu texto de 2009, Souza esclarece e reforça alguns pontos de sua discussão: atentando que o que forma um território são as relações sociais e os campos de força que se inscrevem no espaço (SOUZA, 2009).

Outro artigo da década de 1990 que atenta para territórios oriundos da dimensão vivida é o de Trindade Jr. (1998). Ao discutir agentes produtores do espaço urbano, destaca três tipos de agente e as características de suas respectivas territorialidades: os formatos territoriais institucionalizados (municípios, por exemplo), os territórios das empresas do mercado imobiliário e os territórios de organizações populares. Sobre os últimos, o autor destaca a subjetividade de processos, a multidimensionalidade do poder (já que ele não é institucional) e a familiaridade (entre as pessoas e delas com o espaço) como parte da matriz desta territorialização.

Dentre estes textos da década de 1990, três deles apresentam um cunho mais epistemológico (SOUZA, 1995; MACHADO, 1997; PENHA, 2005); os outros dois (MOURA; ULTRAMARI; CARDOSO, 1994; TRINDADE JR, 1998) estão alinhados à discussão da produção do espaço urbano, atentos às diferentes apropriações do espaço (as governamentais, as do capital e as dos movimentos populares). Embora nenhum dos trabalhos apresente ou tenha o objetivo de apresentar uma proposta direta de compreensão dos territórios constituídos a partir da dimensão vivida, abrem caminhos para isso ao constatarem a existência desse fenômeno territorial e ao colocarem sua importância para a compreensão de dinâmicas socioespaciais.

Se a década de 1990 é marcada pelo caráter teórico na discussão desse tipo de território, ainda nesta década temos o trabalho de Ribeiro e Mattos (1996), baseado em pesquisa empírica. Os autores atentam para o caráter exploratório (dado ser inédito) do estudo deles dentro da Geografia brasileira. De acordo com Ribeiro e Mattos, pesquisa como a que realizaram só teriam sido feitas por antropólogos, sociólogos e historiadores. O artigo discorre sobre a dinâmica de territórios de prostituição que se realizavam

na área central do Rio de Janeiro. A discussão que apresentam sobre território é orientada pela perspectiva humanista em Geografia.

A década de 2000 é outro momento dos estudos de território a partir da dimensão vivida, onde identificamos um número mais significativo de pesquisas empíricas. A seguir procuramos discutir alguns aspectos e tendências do conjunto de trabalhos levantados.

3. Pesquisas empíricas sobre território e dimensão vivida: implicações

O surgimento mais significativo de pesquisas de territórios fundados na dimensão vivida do espaço provavelmente se deva à difusão da perspectiva humanista cultural em Geografia nas últimas duas décadas, no Brasil². Difunde-se tanto a incorporação deste fenômeno territorial para apreensão de dinâmicas socioespaciais quanto a constatação de sua relevância para compreensão de diferentes problemáticas. Com isso, surge a demanda de refinar as bases teórico-metodológicas para abordagem desses territórios. Nesse sentido, um passo importante é acercar as discussões e os autores que esteiam as pesquisas empíricas desse fenômeno territorial.

Entre os trabalhos levantados, dentro da compreensão de território dos autores, têm-se termos coincidentes: vínculo afetivo ou simbólico; apropriação simbólica; subjetividade; identidade. Esses termos figuram como noções ou conceitos que chamam atenção para como características próprias ao homem (o que remete à perspectiva humanista) norteiam as constituições de territórios. O conjunto dos trabalhos levantados oferece discussões de duas ordens, mas que se interpõem. Uma afeita à **configuração espacial**, na medida em que discutem como o espaço é organizado, dinamizado e vivido em função dos territórios constituídos por grupos sociais (de poder não institucionalizado). E, a outra discussão, afeita à **compreensão de grupos sociais** a partir de sua relação com o espaço; ao abordar motivações, meios e estratégias de apropriação espacial, esses trabalhos clarificam características e dinâmicas específicas dos grupos sociais.

O quadro 1 apresenta os autores mais presentes nas referências bibliográficas dos trabalhos, o que ajuda a clarificar como mobilizam as questões referentes ao território.

Quadro 1

TERRITÓRIO A PARTIR DA DIMENSÃO VIVIDA: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DAS PESQUISAS EMPÍRICAS

REFERÊNCIA	CITADOS POR
Claude Raffestin (RAFFESTIN, 1993)	Ribeiro; Mattos (1996) Silva (2001) Costa (2005) Vaz (2006) Vargas (2006) Estevam (2009) Medeiros (2009)
Rogério Haesbaert (HAESBAERT, 1999; 2001)	Silva (2001) Costa (2005) Vargas (2006) Vaz (2006) Estevam (2009) Medeiros (2009)
Marcelo J. L. Souza (SOUZA, 1995)	Ribeiro; Mattos (1996) Silva (2001) Vaz (2006) Estevam (2009) Campos (2000; 2002)
Robert Sack (SACK, 1986)	Mesquita; Maia (2007) Ribeiro; Mattos (1996)
Joël Bonnemaïson (BONNEMAISON; CAMBRÉZI, 1996; BONNEMAISON, 2002)	Estevam (2009) Medeiros (2009) Vargas (2006)

Elaboração: Fernanda Cristina de Paula

O que se observa é que os autores mais utilizados nessas pesquisas são Raffestin (1993); Haesbaert (1999; 2001) e Souza (1995). Excetuando-se os trabalhos de Bonnemaïson, a tendência é o uso de geógrafos que empreenderam uma discussão geral e/ou relacional sobre território. Dentro dessa discussão, os autores utilizados atestam a existência e o valor do estudo de territórios de tamanhos (relativamente) pequenos, configurados por poderes não institucionalizados; no entanto, nenhum desses autores

oferece uma discussão específica sobre este tipo de fenômeno territorial. Há carência de obras (ou de difusão de obras já realizadas) que ofereçam bases teórico-metodológicas para a abordagem do fenômeno territorial em questão.

Em contrapartida, o texto *Viagem em torno do território*, de Joël Bonnemaison é uma referência associada à perspectiva cultural em Geografia. Este trabalho é de 1981, mas apenas recentemente foi publicado em português. Reconhecido por discutir o território enquanto valor cultural, o geógrafo tropicalista movimentou essa compreensão do território ao realizar pesquisa em uma pequena ilha. Nesta pesquisa, observa o autor, foi necessário uma concepção diferente de território, não só associado ao exercício de poder político, socioeconômico ou de legitimação de um estado nacional; mas território como resultado de um modo específico de apropriação do espaço (BONNEMAISON, 2002). Noções como grupo cultural e etnia, análise geocultural, espaço-símbolo e espaço vivido estão presentes em sua discussão teórica sobre território. Embora seja o mais afeito à temática, o trabalho de Bonnemaison está entre os menos citados.

Em vista disso, assistimos atualmente ao seguinte cenário: (1) o aumento de trabalhos empíricos sobre esses territórios; (2) o uso das discussões gerais e/ou relacionais baseando esses trabalhos; (3) e, conseqüentemente, o esforço individual de criar metodologias para abordar esses fenômenos. Os avanços na discussão teórico-metodológica são pontuais e não convergem. As bases teóricas desses trabalhos pouco oferecem ou propõem uma discussão concernente à especificidade do fenômeno territorial estudado.

A ausência de fundamentos fenomenológicos nessa discussão é uma lacuna significativa, o que pode ser explicado pela tradição dos estudos territoriais enfocarem questões políticas, as quais não são privilegiadas pelas abordagens fenomenológicas. Por outro lado, de diferentes formas, a atenção ao território vivido vem da repercussão da perspectiva humanista na Geografia, fundada na Fenomenologia.

Apesar destes trabalhos iniciais, é necessário refletir sobre uma perspectiva fenomenológica do território, a partir do simbólico, dos processos identitários, dos diferentes vínculos, da subjetividade, da intersubjetividade,

da afetividade, ou seja, da dimensão vivida da experiência territorial. Quais as implicações do pensar fenomenologicamente o território? Quais suas contribuições e possibilidades para a compreensão da dimensão vivida?

4. Pensar fenomenologicamente o território: apontamentos

[...] then the humanist geographer would ask, "What is this sense of place on which we have not only erected a spatial geography of considerable elegance but, more important, on which we still depend for the decisions and acts in our daily lives?"
Yi-Fu Tuan, 1974

Reconhecida a existência de territórios desenvolvidos em função da dimensão vivida do espaço, como apreender suas fronteiras que, no mais das vezes, são invisíveis para quem não vivencia determinada porção espacial? Que conjunção entre ações dos indivíduos e morfologia do espaço configuram um território? Como se dá essa conjunção? Como lidar com a subjetividade que permeia esse processo? Como acessar e compreender as intenções e perspectivas dos agentes territorializadores em relação ao espaço? Como entrever no devir cotidiano as dinâmicas que consolidam esses fenômenos territoriais? Para tanto, é necessário uma base teórico-metodológica afeita aos modos como o homem se relaciona com o espaço, gerando conhecimento a partir e sobre a experiência humana. A Fenomenologia auxilia nessa tarefa.

De certa maneira, a Fenomenologia se desenvolve enquanto sistema filosófico a partir da constatação de que qualquer conhecimento humano (mesmo o que se propõe objetivo e/ou neutro) é esteado no modo como somos/estamos/vivemos o mundo: este é um conhecimento experiencial, intuitivo, originado da vivência. Nosso conhecimento do mundo (nossa experiência) é constituído por fenômenos, os quais são o **encontro** entre uma **estrutura de significados** do sujeito e o **horizonte material**, os objetos, as coisas, as outras pessoas do mundo. Todo conceito, categoria, reflexão, concepção, ideário é orientado por este conhecimento experiencial. E todo fenômeno tem em sua base a experiência concreta que temos do mundo. A tarefa da Fenomenologia (colocada por Edmund Husserl, considerado

pai desse sistema filosófico) é escavar o sentido dos fenômenos (HUSSERL, 1986; LYOTARD, 1986; DARTIGUES, 2005). Em outras palavras, é compreender esse conhecimento experiencial (oriundo da dimensão vivida do mundo, anterior às teorizações) para clarificar os fenômenos.

Quando os geógrafos se voltam para a apreensão da dimensão vivida da relação homem-espaço encontram na Fenomenologia um esteio filosófico, o qual coloca como o mundo se constitui (o mundo é fenomênico) e que um conhecimento originário dele vem da compreensão da vivência e do modo como os fenômenos ali se originam. Assim, o principal pressuposto da Geografia orientada pela Fenomenologia é de que existem conhecimentos e práticas geográficas (experienciais) anteriores à Geografia enquanto disciplina acadêmica. A tarefa é compreender essas dinâmicas socioespaciais a partir dessa geografia experiencial. Iniciada entre fim da década de 1960 e a década de 1970 e difundida no Brasil durante os últimos vinte anos, a perspectiva fenomenológica na Geografia (AMORIM FILHO, 1978; 2000; HOLZER, 1992) tem auxiliado a compreensão da dimensão vivida do espaço (MELLO, 2001; MARANDOLA JR., 2005a; 2005b). Neste quadro, a subjetividade, os valores e opiniões, a determinada “invisibilidade” de certos processos não são obstáculos para o conhecimento objetivo, mas elementos que se agregam para a compreensão dos fenômenos, para compreensão da relação homem-espaço.

Werther Holzer, em um artigo de 1997, foi o primeiro a discorrer mais especificadamente sobre o território a partir de uma perspectiva fenomenológica. Holzer (1997) coloca que para a Geografia de orientação fenomenológica, voltada para a apreensão da constituição do mundo a partir das experiências concretas dos indivíduos e grupos, é um comportamento vivido. Dentro deste contexto, dialogando com trabalhos de Robert Sack, Joël Bonnemaïson e Jean-Paul Lacasse ele aponta alguns posicionamentos da compreensão fenomenológica de território. Por exemplo:

- Território não é constituído apenas pelo espaço sob ação direta de um grupo: Holzer (1997) entende que a definição de Sack (para quem território é a área onde ações, relações e acessos são controlados por um indivíduo ou grupo) restringe território ao espaço de ações diretas dos indivíduos; excluindo lugares pouco ou não

vivenciados da possibilidade de comporem (mesmo em um plano simbólico, em um primeiro momento) o território de um grupo;

- Território não é fundado apenas pelo poder institucionalizado: diante de territórios como os dos Innus (Lacasse), que não conhecem a ideia de apropriação privada, Holzer (1997) coloca que, do ponto de vista fenomenológico, não é possível considerar apenas o poder e o controle legalizados como ações fundadoras de territórios, pois estar-se-ia negando a possibilidade de territórios de grupos que não possuem poder institucionalizado ou governo não instituído;
- A morfologia do território não é, forçosamente, uma área: observando o trabalho de Bonnemaïson, Holzer (1997) coloca que territórios não correspondem, forçosamente, a um tecido espacial uno; eles se apresentam mais (no caso de grupos como o estudado por Bonnemaïson) em forma de lugares hierarquizados, ligados por uma rede de itinerários;
- Não há compreensão originária do território sem atenção à área, ao horizonte material: outra questão levantada por Holzer (1997, p. 83) é que se define “[...] com facilidade a territorialidade enquanto um processo social, mas relacionam apenas vagamente com uma ‘área geográfica’, denominada ‘território’, onde esse processo se desenrola”. Do ponto de vista fenomenológico, na medida em que a geograficidade (relação visceral entre horizonte material do mundo e o indivíduo) é a essência da ciência geográfica, não há o desenvolvimento de uma compreensão originária do território se a área e o modo como o indivíduo se relaciona com ela não forem detalhados.

Esses posicionamentos são produtos da observação de territórios em sua dimensão vivida, realizada por Bonnemaïson e Lacasse. Discorrendo a partir desses trabalhos, Holzer realiza um refinamento importante para a reflexão fenomenológica desta noção geográfica: o entendimento de que o **território desenvolvido em função da dimensão vivida é constituído essencialmente por lugares** (HOLZER, 1997).

O lugar é uma categoria privilegiada para a abordagem de fenômenos geográficos em sua dimensão vivida. O lugar é a porção do espaço que o indivíduo e/ou grupo vivencia: os juízos e valores conjugados a áreas e elementos espaciais (TUAN, 1983; HOLZER, 1999); no lugar os ritmos espaço-temporais, as lógicas socioespaciais internas são conhecidas intimamente, os indivíduos tanto as conhecem quanto participam delas, as vivem. É na abordagem do lugar (a partir do corpo teórico-metodológico que vem se desenvolvendo) que as questões sobre as fronteiras invisíveis para quem é de fora, as relações entre indivíduos e espaço, as ações, concepções e intersubjetividades serão apreendidas.

Atentando para a relevância do espaço e do lugar enquanto natureza da Geografia, Yi-Fu Tuan, em um texto de 1974, apresenta a discussão dessas noções geográficas a partir da perspectiva humanista (ancorado nas proposições da Fenomenologia). Este texto é um dos primeiros trabalhos a sistematizar a compreensão do lugar a partir da experiência humana do espaço; a partir dele fazemos alguns apontamentos para a reflexão do território cuja base é o lugar.

“A place is the compelling focus of a field: it is a **small world**, the node of which activities converge” (TUAN, 1974, p. 236 – grifos nossos). Lugar é uma porção do espaço onde está desenvolvido um pequeno mundo: esta porção é dotada de significados, valores e ritmos por aqueles que a experienciam. Tuan (1974) explana sobre o lugar distinguindo dois tipos desse fenômeno geográfico: lugar enquanto símbolos públicos (*place as public symbols*) e lugar enquanto campo de preocupação/cuidado (*place as fields of care*). O primeiro tende a ter alta imageabilidade e é fundado e orientado pelo conjunto de significados que a área evoca. O segundo tipo tende a não projetar uma imagem para os de fora do lugar (*outsiders*), ele é fundado e orientado pelo envolvimento cotidiano dos indivíduos com a porção espacial, é pouco visível para os de fora e, comumente, apenas elementos internos ao lugar permitem sua apreensão e compreensão. Lugares podem apresentar características de ambos os tipos (símbolos públicos e campos de preocupação/cuidado), atenta Tuan (1974). Aqui, daremos atenção ao lugar enquanto campo de preocupação na medida em

que ele provê mais elementos para pensar o território oriundo da vivência cotidiana do espaço.

Tuan (1974, p.242) atenta que um dos fatores que promovem o desenvolvimento de um lugar enquanto campo de preocupação/cuidado é a experiência repetida em/de determinada porção do espaço:

[...] the fell of place gets under our skin in the course of day-to-day contact [...]. In carrying out the daily routines we go regularly from one point to another, following established paths, so that in time a web of nodes and their links is imprinted in our perceptual systems and affects our bodily expectations. A habit field, not necessarily one that we can picture, is thus established...

Esta porção do espaço se torna lugar ao embasar e conduzir ações, gostos, desejos, obrigações. Neste movimento o espaço é intrínseco ao que somos. Indivíduos são na medida em que estão. É neste sentido que Tuan (1974) vai falar sobre a relevância do lugar para suster e aprofundar as relações humanas; elas são potencializadas quando estendidas (ligadas intrinsecamente) a objetos materiais, ao espaço.

Esta relação dos indivíduos com o lugar de preocupação é, muitas vezes, tão orgânica que há uma obliteração da consciência do lugar, da relevância de nosso lugar para nós mesmos. Entretanto, a consciência do lugar surge com força quando o devir desta porção do espaço é interrompido; como nos casos do surgimento de sintomas físicos, quando pessoas são distanciadas de seu lugar (*homesick*) ou quando uma requalificação urbana altera a morfologia e/ou dinâmica de um lugar. "Residents not only sense but know that their world [lugar enquanto campo de preocupação] has an identity and a boundary when the area is the target of highway construction or urban renewal" (TUAN, 1974, p. 243).

Assim, a porção do espaço conhecida intimamente, onde se desenrola práticas socioespaciais rotineiras ou especiais, se torna lugar. Por permitir ou promover essas práticas, o lugar se configura um campo de preocupação e cuidado. Em outras palavras, as relações e práticas que constituem o que a pessoa é, necessita ou deseja se imbricam ao lugar: geograficidade (DARDEL, 1952). E o devir deste caráter intrínseco da relação entre pessoa e lugar pode desembocar:

- no desenvolvimento de apropriações (nunca necessariamente institucionalizadas);
- na promoção de uma relação inalienável entre identidade da pessoa (ou de um grupo) e lugar;
- no estabelecimento de fronteiras, símbolos ou de hierarquização de lugares (limites socioespaciais do campo de preocupação e cuidado);
- no exercício de poder (explícito ou não) por parte daqueles que vivem e fazem o lugar.

A base do território vivido é o lugar. Esse território é, portanto, um fenômeno da experiência concreta do espaço: é o encontro entre uma área e os indivíduos em uma associação inalienável entre espaço (objetos) e uma estrutura de significados (sujeitos). Algumas contribuições para o território compreendido a partir da Fenomenologia começam a aparecer, não diretamente ligadas à tradição de estudos territoriais. Marandola Jr. e Dal Gallo (2010) discutem a relação intrínseca entre as dimensões existencial e espacial para a compreensão da condição migrante. Neste trabalho teórico, os autores apresentam uma concepção fenomenológica de território, atentando ao papel da construção e da vivência de multiterritorialidades e interterritorialidade como recursos do migrante para manejar sua segurança existencial. O território, pensado fenomenologicamente, também é o marco conceitual das discussões sobre a constituição de territorialidades e identidades territoriais enquanto fenômenos que tanto orientam as dinâmicas socioespaciais de bairros quanto auxiliam moradores no enfrentamento de reveses urbanos (DE PAULA; MARANDOLA JR.; HOGAN, 2007; 2010).

Por outro lado, a partir de uma postura fenomenológica, podemos já esboçar a constituição de territórios desenvolvidos a partir da vivência, presente nos trabalhos observados. De um modo geral, nestes fenômenos territoriais temos um grupo unido por ter em comum um ou mais fatores (interesses, vontades, visões de mundo, atividades, ou simplesmente morar ou frequentar um mesmo lugar). A associação dessas pessoas em função de um denominador comum acaba por delimitar uma porção do espaço, a qual se torna um campo de preocupação na medida em que esteia/viabiliza

uma porção do espaço própria às ações do grupo, uma base para manter o dever de suas ações, o dever do que/como são.

Por exemplo, quando um agente exógeno intervém no lugar (tanto promovendo ou coibindo atividades quanto modificando o horizonte material dele) coloca em xeque o modo de ser e estar de um grupo. É nesta situação que a consciência territorial se torna patente, promovendo o desenvolvimento de estratégias e uniões para a defesa desta porção do espaço. Na medida em que há uma associação intrínseca entre o que o grupo faz/é e seu território, intervir nesse espaço apropriado é impactar quem e o que os agentes da territorialização são.

Assim, a partir de uma perspectiva fenomenológica, a abordagem e compreensão dos territórios passam, por exemplo, pela investigação: da relação entre um horizonte material e a estrutura de significados; dos fenômenos, dos ritmos espaço-temporais, das concepções, dos fatores que tornam a porção do espaço um campo de preocupação para os indivíduos; o questionamento constante sobre como e por que indivíduos se unem e formam um grupo, qual o papel do horizonte material nesta união. É uma investigação sobre como, ao mesmo tempo, vivem o território e o constituem. É compreender o território a partir da própria vivência dos indivíduos.

Notas

¹ Agradeço a Eduardo Marandola Jr. pela leitura deste trabalho, pela contribuição e pelo apoio constante.

² Almeida (2009) faz um levantamento sobre os trabalhos aliados à perspectiva cultural nas pós-graduações em Geografia. O aumento de dissertações e teses com abordagem na geografia cultural expressam o quão esta temática vem se difundindo.

Referências

ALMEIDA, Maria G. Geografia cultural: contemporaneidade e um flashback na sua ascensão no Brasil. In: MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SAHR, Cicilian L.; SILVA, Marcia (orgs.). **Espaço e tempo**: complexidade e desafios do pensar

e do fazer geográfico. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina, 2009. p. 243-261.

_____. Diáspora: viver entre-territórios. E entre-culturas?. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 175-195.

AMORIM FILHO, Oswaldo B. **Reflexões sobre as tendências teórico-metodológicas da geografia**. Belo Horizonte: UFMG/ Inst. de Geociências/ Depto. de Geografia, 1978. 110 p.

_____. A Evolução do Pensamento Geográfico e a Fenomenologia. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 11, n. 21-22, p. 67-87, 2000.

BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. p. 83-132.

_____. CAMBRÉZY, L. Le lien territorial. **Géographie et Cultures**, Paris, n. 20, p. 7-18, 1996.

BRUNET, Roger; FERRAS, Robert; THERY, Herve. **Les mots de la géographie**: dictionnaire critique. Montpellier/Paris: Doc. Française /Reclus, 1993.

BUTTNER, Anne. Apreendendo o Dinamismo do Mundo Vivo. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985. p. 165-194.

CAMPOS, Heleniza A. Permanências e mudanças no quadro de requalificação espacial de cidades brasileiras: o caso das territorialidades do sexo na área central do Recife. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 9, p. 25-43, jul./dez. 2000.

_____. Refletindo sobre o papel das representações nas territorialidades urbanas: o exemplo da área central de Recife. **GEOUSP/Espaço e tempo**, São Paulo, n. 11, p. 35-50, 2002.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 7-26, 1999.

COSTA, Benhur P. As relações entre território, identidade e cultura no espaço urbano: por uma abordagem microgeográfica. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (orgs.). **Geografia**: temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005. p. 79-114.

DARDEL, Eric. **L'homme et la terre**: nature de la réalité géographique. Paris: Presses Universitaires de France, 1952.

DARTIGUES, André. **O que é a Fenomenologia?** (trad. Maria J. de Almeida). São Paulo: Centauro, 2005. 152 p.

DE PAULA, Fernanda; MARANDOLA JR., Eduardo; HOGAN, Daniel J. O bairro, lugar na metrópole: riscos e vulnerabilidades no São Bernardo, Campinas. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 17, n. 28, p. 31-58, 1º sem. 2007.

_____. “Quando mato vira bosque é porque melhorou, né?” Mobilidades e permanências na constituição de territorialidades urbanas. **Geographia**, Rio de Janeiro, n. 23, 2010. [aceito para publicação]

ESTEVAM, Márcio E. D. Territórios de errância: uma análise da rede territorial cigana na Bahia, com ênfase às cidades de Governador Mangabeira e Cruz das Almas. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 1, n. 6, p. 98-118, abr. 2009.

GOMES, Paulo C. C. Identidade e exílio: fundamentos para a compreensão da cultura. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 31-42, dez. 1996.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.

_____. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Rio de Janeiro, ano IX, n.17, p.19-45, 2007.

HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista** – sua trajetória de 1950 a 1990. 1992. 550 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, Rio de Janeiro, ano II, n. 3, p. 77-85, jul./dez. 1997.

_____. O lugar na Geografia Humanista. **Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, p. 67-78, jul./dez. 1999.

_____. **Paisagem e lugar**: um estudo fenomenológico sobre o Brasil do século XVI. 1998. 233 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

HUSSERL, Edmund. **A Ideia da Fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1986. 133 p.

LYOTARD, Jean. **A Fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1986.

MACHADO, Mônica S. Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 17-31, jan. 1997.

MARANDOLA JR. Eduardo. Humanismo e a abordagem cultural em Geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 30, n. 3, p. 393-421, dez. 2005a.

_____. Arqueologia fenomenológica: em busca da experiência. **Terra Livre**, São Paulo, AGB, ano 21, v. 2, n. 25, p. 67-79, jul./dez., 2005b.

_____. DAL GALLO, Priscila. Ser Migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010.

MEDEIROS, Rosa V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular/ Programa de Pós-Graduação em Geografia UNESP, 2009. p. 217-228.

MELLO, João B. F. Descortinando e (re) pensando categorias espaciais com base na obra de Yi-Fu Tuan. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (orgs.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

MESQUITA, Maria E. A; MAIA, Carlos E. Territórios e territorialidades urbanas em Goiânia: as tribos dos moto-clubes. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 27, n. 3, p. 125-142, jul./dez. 2007.

MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos R. (orgs). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

MOURA, Rosa; ULTRAMARI, Clovis; CARDOSO, Nelson A. Territorialidades em movimento. In: ULTRAMARI, Clovis; MOURA, Rosa. (orgs.). **Metrópole: Grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: IPARDES, 1994. p. 111-120.

PENHA, Eli A. Território e territorialidade: considerações histórico-conceituais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, p. 7-24, 2005.

PICKLES, John. **Phenomenology, science and geography: spaciality and human sciences**. London: Cambridge University Press, 1985.

_____. From fact-world to life-world: the phenomenological method and social science research. In: EYLES, John; SMITH, David (orgs.). **Qualitatives methods in human Geography**. Oxford: Polity Press, 1988. p. 233-255.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Miguel A. C.; MATTOS, Rogério B. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 59-76, 1996.

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Região**. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. p 262-290. (Vol. 8).

ROSENDAHL, Zeny. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (orgs.). **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005. p. 191-226.

SACK, Robert D. **Human territoriality: its theory and history**. New York: Cambridge University Press, 1986.

SAHR, Cícilian L. L.; SAHR, Wolf-Dietrich. Territórios – faxinais – espaços. A problemática “espaço/território” na formação social brasileira. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 143-174.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Paula J. Territorialidade e desterritorialidade: os assentamentos rurais e a reterritorialidade do campesinato no espaço agrário do cerrado mineiro. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 21, n. 2, p. 83-101, jul./dez. 2001.

SOJA, Edward W. **The political organization of space**. Washington: American Association of Geographers, 1971. [Resource paper n. 8].

SOJA, Edward W. **Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places**. Malden: Blackwell, 1996.

SOUZA, Marcelo L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C.; CORRÊA, Roberto L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

_____. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular/ Programa de Pós-Graduação em Geografia UNESP, 2009. p. 57-72.

TRINDADE JR., Saint-Clair C. Agentes, redes e territorialidades urbanas. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 5, p. 31-50, jul./dez. 1998.

TUAN, Yi-Fu. Space and place: humanistic perspective. In: BOARD, C.; CHORLEY, R.J.; HAGGETT, P.; STODDART, D.R. (eds.) **Progress in Geography**. London: E. Arnold, 1974. p. 211-252.

_____. **Topofilia**: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente. (Trad. Livia de Oliveira). São Paulo: Difel, 1980. 288 p.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência (trad. Livia de Oliveira). São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.

VAINER, Carlos B. Cidades, cidadelas e a utopia do reencontro – uma reflexão sobre tolerância e urbanismo. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 33-46, jan./jun. 1998.

VARGAS, Icléia A. Paisagem, território e identidade: uma abordagem da geografia cultural para o Pantanal Mato-grossense. In: KOZEL, Salete; SILVA, Josué C.; GIL FILHO, Sylvio F. (orgs.). **Da percepção e cognição a representação**: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo/Curitiba: Terceira Margem/NEER, 2006. p 158-178.

VAZ, Ademir. D. A geografia e sua pertinência para o estudo da diversidade cultural – um território cigano. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 19, p. 69-80, 2006.

WRIGHT, John. K. Terrae incognitae: the place of the imagination in Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 37, p. 1-15, 1947.

Recebido em: 24/02/2011

Aceito em: 10/04/2011